

**Reunião de 08 de Abril de 2008**

----- Acta da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Mogadouro, realizada no dia oito de Abril do ano de dois mil e oito. -----

----- Aos oito dias do mês de Abril do ano de dois mil e oito, no edifício dos Paços do Município e Sala das Sessões, pelas nove horas e vinte minutos, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente, António Guilherme Sá de Moraes Machado, e dos Excelentíssimos Vereadores Francisco António Castro Pires, João Manuel dos Santos Henriques, Fernando José Bártolo, António Joaquim Pimentel, Antero Augusto Neto Lopes e Dário Rodrigues Mendes e comigo António Luís Moreira, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, a secretariar, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal de Mogadouro. -----

----- Declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente, foi deliberado proceder de seguida à apreciação e votação dos seguintes pontos: -----

## **ORDEM DO DIA**

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 01/04/2008. -----

2. GESTÃO URBANÍSTICA DO CONCELHO. -----

3. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AO ANO FINANCEIRO DE 2007. Análise e deliberação. -----

**Reunião de 08 de Abril de 2008**

4. ÁGUAS DE TRÁS-OS-MONTES – CONTINUIDADE DE ADESÃO. Análise e deliberação. -----

\*\*\*\*\*

-----1. **ACTAS – APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 01/04/2008:** - Aprovada por unanimidade. -----

**2. GESTÃO URBANÍSTICA DO CONCELHO**

----- Não foi presente qualquer processo. -----

----- **3. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AO ANO FINANCEIRO DE 2007. Análise e deliberação:**

- Elaborados os documentos de prestação de contas referentes ao ano financeiro de dois mil e sete, foram apresentados e explicados pelo Senhor Presidente, referindo que: -----

----- «De acordo com a alínea e) do nº. 2 do artigo 64º. Da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foram elaborados os documentos de Prestação de Contas, relativos ao ano de 2007, tendo em vista o controlo político por parte da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea c) do nº. 2 do artigo 53.º da citada Lei, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos Órgãos da tutela da Administração Pública Central. -----

----- A execução orçamental da Receita foi de 66,4% resultantes do cálculo entre os 20.506.126,33 € previstos e os 13.616.770,49 € arrecadados. Embora registe um aumento de 6,3 pontos percentuais em relação a 2006, só possível porque o orçamento foi feito com algum rigor, houve uma quebra de receitas de cerca de 2.500.000,00 €, provocada pela menor utilização de empréstimos e principalmente pelo atraso no recebimento de Fundos Comunitários e Contratos Programa no valor superior a 1.000.000,00 €, sendo aqui de salientar que nos encontramos em fase de encerramento do

**Reunião de 08 de Abril de 2008**

III QCA e como tal a tendência será de diminuição até á entrada do QREN. -----

----- No ano de 2007 as receitas correntes no valor de 7.379.983,18 € que conferem uma execução de 93,4%, tiveram um crescimento superior a 400.000,00€ em relação ao ano anterior. Também as despesas correntes com 6.658.630,90€ e 84,3% de execução sofreram um aumento de valor idêntico, com as rubricas de despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços a registarem os maiores aumentos com cerca de 90.000,00 e 340.000,00€ respectivamente. Relativamente ao pessoal este aumento deve-se essencialmente ao ensino extracurricular enquanto na aquisição de bens e serviços o que mais pesa são a recolha de resíduos, energia eléctrica e principalmente os transportes escolares que aumentaram cerca de 200.000,00 € em relação ao ano anterior. -----

----- Como se pode confirmar pelos valores, verificou-se uma poupança corrente no valor de 721.352,28 €, utilizada para investimento, situação que tem vindo a repetir-se ao longo dos últimos anos e que esperamos assim continue nos próximos. -----

----- A gestão municipal deve ter presente um significativo e também equilibrado esforço na arrecadação de receitas correntes, já que estas representam fluxos financeiros mais estáveis comparativamente ás receitas de capital, uma vez que o acesso a estas tende a diminuir, por limitações progressivas aos apoios comunitários bem como às limitações ao endividamento imposto pela administração central. Exigem-se assim políticas de rigor, e adopção de medidas nem sempre fáceis de pôr em prática, mas necessárias como a subida das taxas e tarifas. -----

----- Quer isto dizer que os orçamentos tendem cada vez mais a ser feitos à custa das receitas próprias, o que por outro lado também não é fácil, se considerarmos que ainda este ano e pelas publicações, o número de eleitores diminuiu 354, o que mostra que o concelho para além ter uma população envelhecida está cada vez mais despovoado. -----

----- A rubrica com maior peso na arrecadação de receitas correntes é a das transferências correntes com 5.824.145,60 € dos quais 5.247.036,00€ são de Fundos Municipais, que por si só representa 38,53% do total geral das receitas. Os impostos directos com 512.857,50 € representam 3,77 % e a venda de bens e serviços correntes com 414.995,82 €, representam 3,05% das receitas totais e são aquelas que têm também algum peso, pois o

**Reunião de 08 de Abril de 2008**

conjunto dos impostos indirectos (88.315,31 €), as taxas, multas e outras penalidades (120.466,08 €) os rendimentos de propriedade (340.131,06 €) e as outras receitas correntes (79.071,81 €) apenas representam 4,61% do total geral das Receitas. -----

----- A receita de capital regista em 2007 o valor de 6.163.596,70€, número consideravelmente inferior ao registado no ano anterior, com uma diminuição de cerca de 32,90% originado pelas quebras nas receitas provenientes das vendas de bens de investimento em 21,62%, as transferências de capital em 32,15% e os passivos financeiros em 38,37%, apresentando no final do ano os valores constantes do gráfico da receita. Do valor total das transferências de capital 72,15% correspondem aos Fundos Municipais e 27,85 % aos Fundos Comunitários. -----

----- No que diz respeito às despesas, as de capital são superiores às correntes em apenas 288.442,92€, correspondendo as primeiras a 51,1% e as segundas a 48,9% apresentando um total de 13.605.704,72 €, conforme se pode constatar no gráfico da despesa. -----

----- Para os valores indicados e no que diz respeito às despesas correntes, a aquisição de serviços regista o maior valor com 3.231.520,43 € e 23,8% do total das Despesas, seguem-se as despesas com pessoal no valor de 2.837.696,47 € que correspondem a 20,9% do total, cabendo ao conjunto das outras rubricas o valor total de 589.414,00 € e apenas 4,33% das despesas como o demonstra o gráfico das despesas correntes. -----

----- Quanto às Despesas de Capital, no valor de 6.947.703,82 € e 51,1%, contribuíram, a aquisição de bens de capital traduzida em 43,4% do total das despesas, e as transferências de capital e passivos financeiros com 734.616,63€ e 306.670,60€ respectivamente a representarem 5,4% e 2,3%, conforme o gráfico das despesas de capital. O facto de baixarem as receitas de capital, pressupõe também o decréscimo na percentagem de execução das despesas de capital. -----

----- No que respeita ao Plano Plurianual de Investimentos, adiante designado por PPI, a percentagem de execução foi de 52,41%, no montante de 5.905.786,59 €, o que demonstra que, embora a percentagem de execução seja superior, o valor aplicado em investimento é inferior ao ano anterior, apresentando-se em seguida o mapa de investimentos dos últimos 4 anos. -----

**Investimentos de 2004 a 2007 em Euros** -----

## Reunião de 08 de Abril de 2008

2004	2005	2006	2007	TOTAL
7.629.506,41	8.747.688,97	8.813.309,38	5.905.786,59	31.096.291,35

----- Em matéria de classificação funcional, as funções gerais com 596.954,76 €, assumiram 10,11% da realização do PPI; as funções sociais com 3.470.949,50 € representam 58,77%, e as funções económicas com 1.837.882,33 € traduzidas em 31,12%. -----

----- Da leitura dos valores desagregados no quadro seguinte, destacam-se os valores e percentagens relativos aos investimentos no ordenamento do território com 1.208.487,75€, cujas obras de referência são a zona envolvente do Mercado e o Bairro S. Sebastião e que representam 20,46% do total anual; a cultura com a construção da Biblioteca Municipal e Casa das Artes no valor de 992.239,38 € e 16,80%; o desporto, recreio e lazer onde se destaca o Grande Campo de Jogos e Pista de Atletismo com 811.385,38 € e 13,74% e os transportes rodoviários com a pavimentação de vários arruamentos e estradas municipais no valor de 1.060.674,63 €, o que representam 17,96% do total do PPI. -----

EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO PPI EM 2007				
Código Obj./Prog.	Designação das rubricas	Valor do Investimento	% dentro Obj./Prog.	% em relação ao total do PPI
<b>1.</b>	<b>Funções Gerais</b>	<b>596.954,76</b>	<b>100,0%</b>	<b>10,11%</b>
1.1.1.	Administração geral	596.954,76	100,0%	10,11%
1.2.1.	Protecção civil e luta contra incêndios	0,00	0,0%	0,00%
<b>2.</b>	<b>Funções Sociais</b>	<b>3.470.949,50</b>	<b>100,0%</b>	<b>58,77%</b>
2.1.1.	Ensino não superior	61.037,73	100,0%	1,03%
2.3.2.	Acção social	44.941,00	100,0%	0,76%
<b>2.4.</b>	<b>Habitação e serviços colectivos</b>	<b>1.561.345,61</b>	<b>100,0%</b>	<b>26,44%</b>
2.4.2.	Ordenamento do território	1.208.485,75	77,4%	20,46%
2.4.3.	Saneamento	131.384,18	8,4%	2,22%
2.4.4.	Abastecimento de água	207.184,13	13,3%	3,51%
2.4.5.	Resíduos sólidos	8.173,55	0,5%	0,14%
2.4.6.	Protecção do meio ambiente e conservação natureza	6.118,00	0,4%	0,10%
<b>2.5.</b>	<b>Serviços culturais, recreativos e religiosos</b>	<b>1.803.624,76</b>	<b>100,0%</b>	<b>30,54%</b>
2.5.1.	Cultura	992.239,38	55,0%	16,80%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	811.385,38	45,0%	13,74%
<b>3.</b>	<b>Funções económicas</b>	<b>1.837.882,23</b>	<b>100,0%</b>	<b>31,12%</b>
3.1.	Agricultura, pecuária, sivicultura, caça e pesca	151.134,91	8,2%	2,56%
3.2.	Indústria e energia	503.594,23	27,4%	8,53%
3.3.1.	Transportes rodoviários	1.060.674,63	57,7%	17,96%
3.4.2.	Turismo	122.478,56	6,7%	2,07%

## Reunião de 08 de Abril de 2008

**Transferências e subsídios obtidos: -----**

----- Como já foi dito os Fundos Municipais representam a maior fatia no que diz respeito a este capítulo, o restante e o qual sofreu maior alteração negativa em relação ao ano anterior teve a proveniência do AIBT do Còa com 304.689,29 €; do INTERREG com 467.075,31 €; do programa Operação Norte com 182.163,54 € e os contratos programa com o ICN (98.673,75 €), PRODED (28.777,93€), DGAL para a Casa das Artes (154.399,73 €) e Direcção Geral do Livro e da Biblioteca para a construção da Biblioteca com 28.072,00€. -----

**-----Dívida do Município: -----**

----- Relativamente à dívida de curto prazo no montante global de 3.004.265,29€, regista um aumento de 301.422,15 € em relação ao ano anterior o que em termos percentuais representa cerca de 11%. Por antiguidade das mesmas informamos que em 31/12/2007, 955.967,49 € dessa facturação tem menos de 60 dias e 1.306.720,00 € tem 120 dias. -----

----- Quanto à dívida de médio e longo prazo, concretamente aos empréstimos, registava o valor de 8.042.978,54€, o que representa um aumento de 12,62% em relação ao ano anterior. De referir que o valor utilizado durante o ano, diz respeito a empréstimos contratados em anos anteriores. -----

----- A dívida com contratos de locação financeira, designadamente a relacionada com a aquisição das antigas instalações do B.P.S.M. era no final do ano de 176.582,93 €. -----

----- Relativamente á capacidade de endividamento e de acordo com a Lei das Finanças Locais, conjugada com o n.º 1 do artigo 33º. da Lei 53-A/2006 de 29/12 (Orçamento do Estado) o limite de endividamento líquido municipal em 31/12/2007 é de 125% sobre a soma do montante dos impostos municipais com as participações do município no Fundo de Equilíbrio Financeiro do ano anterior ou seja de 11.197.437,71 € (em conformidade com o comunicado pela própria DGAL), No entanto e de acordo com o estabelecido no art.º 39 da LFL, o montante da dívida com empréstimos de médio e longo prazo não pode exceder a soma das receitas atrás descritas

## Reunião de 08 de Abril de 2008

(impostos municipais + FEF), ou seja 8.957.950,17 € estando excluídos desse limite, os empréstimos contraídos para obras financiadas pelos fundos comunitários bem como os contraídos para intempéries e que perfazem um total de 4.066.332,26€. -----  
 ----- Assim, o endividamento líquido do Município em 31/12/2007, é de 11.094.731,71€, de acordo com o mapa seguinte, calculado pela diferença entre os saldos, deduzida a importância da conta 27 (16.677.241,73), constatando-se que o limite não foi atingido. -----  
 ----- Tendo em conta que em 31/12/2007, a dívida total com empréstimos de médio e longo prazo é de 8.042.978,54 €, se excluirmos o valor excepcionado (4.066.332,26€), verifica-se que apenas utilizamos 44,39% da capacidade de endividamento para os empréstimos de médio e longo prazo, ou seja longe do permitido por lei, o que pressupõe também um aumento da capacidade do endividamento líquido. -----  
 ----- Em suma, o Município cumpriu com rigor a Lei das Finanças Locais. Os limites de endividamento permitidos por lei foram cumpridos – nenhum deles foi ultrapassado durante o exercício de 2007; e, se considerarmos que temos mais de 1.000.000,00€ a receber de obras participadas, a capacidade aumenta consideravelmente, na medida em que diminui o montante da dívida com os fornecedores. -----

<b>ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS</b>		
<b>CONTAS</b>	<b>Saldo devedor final do trimestre</b>	<b>Saldo credor final do trimestre</b>
<b>1 DISPONIBILIDADES</b>	<b>546.330,08</b>	
11 Caixa	1.959,90	
12 Depósitos em instituições financeiras	544.370,18	
13 e 14 (...)		
15 Títulos negociáveis		
18 Outras aplicações de tesouraria		
<b>2 TERCEIROS</b>	<b>120.595,44</b>	<b>28.746.415,53</b>
<b>21 Clientes, contribuintes e utentes</b>	<b>87.396,08</b>	<b>0,00</b>
211 Clientes, c/c		
212 Contribuintes, c/c	1.468,96	
213 Utentes, c/c	69.591,07	

## Reunião de 08 de Abril de 2008

<b>ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS</b>		
<b>CONTAS</b>	<b>Saldo devedor final do trimestre</b>	<b>Saldo credor final do trimestre</b>
214 a 216 (...)		
217 Clientes e utentes c/ cauções		
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	16.336,05	
219 Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
<b>22 Fornecedores</b>	<b>0,00</b>	<b>700.410,04</b>
221 Fornecedores, c/c		700.410,04
222 a 227 (...)		
228 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
229 Adiantamentos a fornecedores		
<b>23 Empréstimos obtidos</b>		<b>8.042.978,54</b>
231 Em moeda nacional		8.042.978,54
2311 De curto prazo		0,00
23111 Empréstimos bancários		
23112 a 23119 (...)		
2312 De médio e longo prazo		8.042.978,54
23121 Empréstimos bancários		8.042.978,54
23123 Outros empréstimos obtidos		
<b>24 Estado e outros entes públicos</b>	<b>33.199,36</b>	<b>9.343,15</b>
<b>25 Devedores e credores pela execução do orçamento</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
251 Devedores pela execução do orçamento		
252 Credores pela execução do orçamento		
<b>26 Outros devedores e credores</b>	<b>0,00</b>	<b>3.016.666,48</b>
261 Fornecedores de imobilizado	0,00	2.944.488,38
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c		1.552.329,60
2612 a 2617 (...)		1.392.158,78
2618 Facturas em recepção e conferência		
2619 Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		
262 Pessoal		
263 Sindicatos		
264 Administração autárquica	0,00	0,00

## Reunião de 08 de Abril de 2008

<b>ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS</b>		
CONTAS	Saldo devedor final do trimestre	Saldo credor final do trimestre
2641 Associações de municípios		
2642 Municípios		
2643 Serviços municipalizados		
2644 Federações de municípios		
2645 Associações de freguesias		
2646 Freguesias		
2647 Empresas municipais e intermunicipais		
265 e 266 (...)		
267 Consultores, assessores e intermediários		
268 Devedores e credores diversos		72.178,10
269 Adiantamentos por conta de vendas		
<b>27 Acréscimos e diferimentos</b>	<b>0,00</b>	<b>16.977.017,32</b>
271 Acréscimos de proveitos		
272 Custos diferidos		
273 Acréscimos de custos		299.775,59
274 Proveitos diferidos		16.677.241,73
2741 a 2744 (...)		
2745 Subsídios para investimentos		16.677.241,73
2748 Diferenças de câmbio favoráveis		
2749 Outros proveitos diferidos		
<b>28 Empréstimos concedidos</b>		
<b>4 IMOBILIZAÇÕES</b>	<b>7.740,98</b>	
<b>41 Investimentos financeiros</b>	<b>7.740,98</b>	
411 Partes de capital	7.740,98	
412 Obrigações e títulos de participação		
413 (...)		
415 Outras aplicações financeiras		
<b>TOTAL</b>	<b>674.666,50</b>	<b>28.746.415,53</b>

**Transferências de Capital -----**

Durante o ano de 2007 foram efectuadas transferências: -----

- Comissões Fabriqueiras – 34.000,00 € -----
- Centros sociais – 244.362,02 € -----
- Juntas de Freguesia - 375.988,11 € -----

**Reunião de 08 de Abril de 2008**

- Bombeiros – 29.800,00 € -----

**Modificações ao Orçamento** -----

Durante o ano de 2007, foram operadas duas alterações e duas revisões ao Orçamento da Receita e 17 alterações e 2 revisões ao Orçamento da Despesa. -----

**Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos** -----

Durante o ano de 2007 foram operadas 19 modificações ao Plano Plurianual de Investimentos, das quais duas foram revisões. -----

O valor negativo de 16.980.040,47 € do Resultado Líquido, muito superior ao registado no ano anterior (1.697.807,87€) deve-se à inventariação de bens antigos e não inventariados pela empresa Sinergimo e a sua conseqüente amortização e regularização de anos anteriores. De referir que o Activo Bruto em 2007 é de 103.114.013,24 €, o que corresponde a um incremento de cerca de 50%. -----

**Proposta de Aplicação de Resultados** -----

O Decreto-Lei nº. 54-A/99 de 22 de Fevereiro no ponto 2.7.3, determina que os resultados negativos devem ser cobertos pelas reservas, se existentes, e na sua falta, devem transitar em conta. ---

----- Assim sendo, propõe-se que o resultado negativo de 16.980.040,47€, transite em conta á semelhança dos resultados de anos anteriores». -----

----- O Senhor Presidente informou ainda que relativamente aos Documentos de Prestação do Contas elencados no anexo I da resolução n.º 4/2001 - 2.ª Secção do Tribunal de Contas, de 18 de Agosto, não se encontram elaborados os documentos constantes nos números 20 (subsídios concedidos), 24 (Activos de Rendimento Fixo), 25 (Activos de Rendimento variável), por não se registar qualquer movimento que justificasse o seu preenchimento. -----

----- Relativamente ao número 36 (Relação de Acumulação de Funções), não foi elaborado por não existir ninguém nesta Câmara com acumulação de funções. Os documentos presentes à reunião ficam arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados. -----

----- Relativamente ao assunto o vereador Fernando Bártolo apresentou a intervenção escrita, subscrita pelos vereadores Francisco Pires e Fernando Bártolo, que a seguir se transcreve: -----

----- «Depois da leitura do documento fiz uma análise sumária e comparativa com o ano de 2006 e verifiquei o seguinte: -----

----- *Receitas correntes – um ligeiro aumento de 5,5%;* -----

**Reunião de 08 de Abril de 2008**

----- *Receitas de capital – uma substancial diminuição de 32,8%; --*  
----- *Despesas correntes – um aumento de 5,5%; -----*  
----- *Despesas de capital – uma diminuição de 29,7%; -----*  
*Transferências de capital uma diminuição de 33,6%; -----*  
*Total de recebimentos – fluxos de caixa – uma diminuição de*  
*15,37%; -----*  
*Participações comunitárias – uma diminuição de 42% -----*  
*Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa – refere o*  
*relatório final um aumento de 4.000,00€; -----*  
*Dívidas a terceiros – médio e longo prazo – aumentaram*  
*901.270,40€, e não 900.000€ como refere o relatório, ou seja 11,*  
*21%; -----*  
*Dívidas a curto prazo – O relatório refere a importância de*  
*3.004.265,29€, quando na realidade o correcto é de 3.180.848,22€,*  
*verificando-se um aumento de 11%. -----*  
----- *Com o aumento das dívidas era de esperar que o investimento*  
*aumentasse e isso não se verificou! -----*  
*Dívidas de terceiros – utentes – Verifica-se um aumento de 34,3%*  
*(pouca eficiência na sua cobrança); -----*  
*Acréscimos de custos – um aumento de 12%; -----*  
*Custos e perdas financeiras – aumentam as dívidas, aumentam os*  
*custos 36,7%; -----*  
*Transferências de capital – foram recebidos menos 72% do previsto*  
*no orçado; -----*  
*Transferências correntes – forma recebidos menos 28,2% do*  
*previsto no orçado; -----*  
*Tudo isto vem demonstrar, como referi na aprovação do orçamento*  
*que, apesar de ter sofrido uma diminuição ainda continua*  
*empolado!” -----*  
*Endividamento – sofreu um aumento de 12,6%; -----*  
*Investimento – Sofreu uma diminuição de 32,9%; -----*  
*Transferências de capital para as Juntas de Freguesia – Na reunião*  
*de 19/01/07 e, sob proposta do vereador Pimentel, foi aprovado o*  
*total de 650.000,00€, destinados a transferências correntes e*  
*protocolos, mas, no mapa do controlo da despesa consta o*  
*montante de 544.500,00€! -----*  
*Como referi na reunião de 19 de Fevereiro, as Juntas não*  
*receberam os montantes que lhes tinham sido atribuídos e*  
*aprovados, encontrando-se credoras do montante de 101.905,00€,*  
*com referências ao ano de 2007, relativamente a transferências*  
*directas. -----*

**Reunião de 08 de Abril de 2008**

*Nas transferências de capital – Despesas: Não foi contabilizada a importância de 1.500,00€ pagos em 19/07/07, através da ordem n.º 1857, à Junta de Freguesia de Peredo e, não foi contabilizada a importância 11.200,00€ pagos em 10/12/07, através da ordem n.º 3204, à Junta de Freguesia de Urrós, destinada ao pagamento dos bilhetes para a tourada! -----*

*----- Onde foram contabilizadas estas importâncias? -----*

*----- O Relatório, nas transferências de capital, refere que foram transferidos para as Juntas 375.9888,11€ quando na verdade, considerando as importâncias referidas no parágrafo anterior, o total transferido foi de 388.688,11€ -----*

*----- Para terminar, refiro que a execução do plano foi um pouco mais de 50% (52,41%), o que demonstra o já afirmado que o plano e orçamento estava empolado. -----*

*----- Por tudo isto e, dado que quando da aprovação do plano e orçamento me abstive, mantenho o mesmo sentido de voto». -----*

*----- Colocados à votação os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano financeiro de 2007, o Executivo deliberou, por maioria, com quatro votos a favor do Senhor Presidente e dos Vereadores João Henriques, António Pimentel e Dário Mendes e com três abstenções dos Vereadores Francisco Pires, Fernando Bártole e Antero Lopes, aprová-los. -----*

*----- Foi ainda deliberado, por unanimidade, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 Janeiro, submeter à Assembleia Municipal para aprovação os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano financeiro de dois mil e sete. -----*

*----- Mais foi deliberado remeter ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto na alínea bb) do n.º 1 do art.º 64.º do diploma anteriormente referido, as contas do Município”. -----*

**----- 4. ÁGUAS DE TRÁS-OS-MONTES – CONTINUIDADE DE ADESÃO. Análise e deliberação:** - Relativamente ao assunto, o Senhor Presidente informou o Executivo que as exigências feitas pelo município ainda não foram cumpridas, pelo que foi deliberado retirar o presente ponto da ordem de trabalhos. -----

**----- ENCERRAMENTO:** - Foi, finalmente, deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de

**Reunião de 08 de Abril de 2008**

Janeiro, a fim de que tudo o que foi tratado na reunião se torne executório imediatamente, tendo o Senhor Presidente encerrado a reunião pelas dez horas, de que para constar se lavrou a presente acta que eu

António Luís Moreira,  
Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, coadjuvado pelo  
Assistente Administrativo Especialista, redigi e subscrevi: -----

